

# ISLAMISMO: AS FRONTEIRAS DE UM CONCEITO

ADELINO TORRES<sup>1</sup>

O “islamismo político”, quer dizer a versão radical e, por assim dizer, enviesada de um islão indevidamente politizado, ou melhor, ao serviço de uma determinada concepção do político, ocupa actualmente um lugar de destaque no contexto internacional e nas preocupações dos analistas.

Este conceito de “*islamismo político*” é aqui entendido como distinto da religião e da cultura muçulmana propriamente ditas e tomado numa acepção particular. Nesse sentido, “*islamismo*” distingue-se claramente de “*islâmico*” ou “*muçulmano*” na medida em que o *islamismo* caracteriza, a meu ver, uma filosofia retrógrada que recusa o racionalismo e a modernidade, preconizando, entre outros, um retorno a valores medievais próprios do século VII, a indissociabilidade do político e do religioso como forma de organização social, a reposição do sistema do califado, a aplicação estrita e interpretada unilateralmente da Charia (lei corânica) tal como era entendida há catorze séculos, a repressão da mulher ou a utilização abusiva do religioso ao serviço de um projecto social desfasado dos progressos e aquisições da ciência desde pelo menos o século XVIII na Europa e divulgado desde então no resto do mundo enquanto processo civilizacional sobre o qual assenta o desenvolvimento e o progresso que caracterizam as sociedades modernas, em especial do Ocidente.

Deve sublinhar-se que se o *islamita* reivindica geralmente a sua condição de muçulmano, a maioria dos muçulmanos não é islamita no sentido da radicalidade acima apontada. Por outro lado é conveniente lembrar, como notou Samir Amin, que a distinção entre “*islamitas moderados*” e “*islamitas radicais*” (eufemismo para caracterizar, em muitos casos, os terroristas) é algo falaciosa, na medida em que ambos partilham os mesmos critérios filosóficos, históricos e sociais, apenas diferindo (provisoriamente?) na acção.

O ataque de Nova Iorque em 11 de Setembro de 2001 deu ao terrorismo islamita um lugar de destaque na teoria dos conflitos internacionais, quer pelo seu carácter inédito de violência, quer pela eliminação aparente de todas as fronteiras da racionalidade, na medida em que implica a morte indiscriminada de vítimas e

---

<sup>1</sup> UTL/ISEG.

criminosos e não exclui o emprego futuro de armas de destruição massivas com consequências dificilmente imagináveis.

Este fenómeno suscitou as mais variadas análises na procura das suas causas e possíveis consequências futuras.

A mais frequente situa-se no plano da economia. Nessa óptica, seria o subdesenvolvimento dos países do Médio Oriente e a miséria de grande parte das suas populações que estaria na origem desse novo tipo de terrorismo, suscitado por revolta e ressentimento que teriam as suas raízes na ocupação colonial desses países pelas potências europeias nos séculos XIX-XX.

Esta tese tem, naturalmente, alguns fundamentos. É certo que a injustiça e a pobreza extrema provocam rejeições que são, pelo menos, um terreno fértil para eventuais derivas de comportamento social de resultados imprevisíveis. Sem dúvida que é aí que os terroristas recrutam parte dos seus operacionais e é lá também que beneficiam frequentemente de numerosas simpatias, tanto mais que, face à inoperância, corrupção e despotismo de governos dos países árabes, os islamitas aparecem como uma espécie de “justiceiros” que põem em causa os motivos – reais ou aparentes – que, estão na origem do ressentimento das populações. O subdesenvolvimento económico, em particular, é visto como uma consequência directa da dominação ocidental, especialmente americana, e as teorias anti-imperialistas têm ainda grande voga, apesar da realidade histórica nem sempre corresponder às interpretações redutoras que dela são dadas.

Nessas condições, os governos do Médio-Oriente escamoteiam mais facilmente as suas próprias responsabilidades nesse processo. Por exemplo, as políticas económicas seguidas depois das independências foram, na maior parte dos casos, desfavoráveis ao desenvolvimento. Neste aspecto, as estratégias de industrialização por substituição de importações tiveram modalidades comparáveis aos da África Subsaariana e os seus resultados foram igualmente negativos, na medida em que traduziram em nacionalismos estreitos e protecctionismos de curto alcance que apenas serviram para enriquecer uma minoria política e social, em detrimento da grande maioria dos cidadãos. Isto teve como resultado um surto de corrupção nos países árabes, o qual foi acompanhado por autoritarismos antidemocráticos ou mesmo opressivos, aplicados em nome de uma “modernidade” que pouco beneficiou as populações.

É evidente que os movimentos integristas aproveitaram essa situação para imporem as suas teses e aumentarem a sua influência a todos os níveis.

Incapazes de dar uma resposta democrática a esta situação, os governos optaram pela repressão ou, em muitos casos, por concessões oportunistas aos islamitas no convencimento de que estes “moderariam” as suas posições, o que raramente aconteceu, fornecendo mesmo novos meios para consolidarem e alargarem o seu poder a todos os sectores da sociedade.

No entanto, como a prática veio a demonstrar, os dirigentes islamitas não são, na sua maioria, recrutados entre os “*damnés de la terre*” descritos por Franz Fanon, mas sim entre a burguesia remediada ou abastada dos meios urbanos que usufruía de um nível de instrução (não falo aqui de “cultura”) acima da média.

Apesar de tudo o fechamento económico por uma estratégia de industrialização por substituição de importações (ISI) mal concebida, quer dizer vista como um fim em si e não como uma etapa de transição para uma verdadeira integração na economia mundial, como aconteceu com a Coreia do Sul, por exemplo, agravou a situação económica do Médio Oriente e contribuiu certamente para o aumento de tensões.

Igualmente grave foi a entrega da responsabilidade da Educação nacional aos religiosos ou sob a sua influência directa, o que comprometeu a renovação das mentalidades, aniquilou o espírito crítico de uma grande parte da juventude e comprometeu tudo aquilo que tinha sido conquistado pelo *Nadha* (renascimento árabe), movimento que floresceu no Médio Oriente de finais do século XIX aos anos 20-30 do século XX no plano do racionalismo cultural, da formação científica e da criatividade dos espíritos, de que é exemplo a extensa e notável obra de Taha Hussein que sintetiza, no dizer de um autor, todo o espírito do *Nadha*, entre muitos outros pensadores e artistas que então surgiram.

Os governos árabes sacrificaram esses movimentos de renovação intelectual que anunciavam um “renascimento” promissor em todos os planos da actividade, a um *panarabismo* ideológico eivado de demagogia, desligado das reais e mais imediatas necessidades dos países do Médio-Oriente e suas populações, conducente a desperdícios financeiros (sobre-armamento, corrupção, projectos megalómanos), equívocos políticos (a absurda e infrutífera união entre o Egipto e a Síria, por exemplo) e, sobretudo, a um desastre cultural e científico de que é hoje aproveitado pelas ideologias redutoras e simplistas, aparentemente de cariz “religioso”, que, sob várias formas de integrismo, dominam a região, do Irão à África do Norte.

Isso significa também que o *islamismo* irracionalista não deve ser confundido, como por vezes acontece em teses defendidas por certos observadores, como uma espécie de característica “inata”, própria dos povos árabes. Se os autores árabes que lutaram e lutam em nome das *Luzes*, da razão e do progresso científico e cultural universalista, são frequentemente obrigados a fazê-lo no Ocidente e não dos seus próprios países, é essencialmente porque o processo político nestes últimos retomou e consolidou os impasses filosóficos em que a cultura muçulmana caiu desde os séculos XIII-XIV. De facto, os grandes pensadores muçulmanos como Averróis, Ibn Khaldun e outros tinham aberto a via a um racionalismo que poderia ter evoluído paralelamente ao pensamento teológico. Foi esse, aliás, o caminho seguido por Tomás de Aquino, Guilherme d’Ockan e outros pensadores da Idade Média. Tal pensamento progrediu no Ocidente, apesar da Inquisição, e favoreceu ou, pelo menos, não impediu de maneira significativa, a eclosão das ideias saídas mais tarde da Revolução Francesa e do Século das Luzes.

Pelo contrário, o império muçulmano e, desde logo, a sua influência cultural, que tinha sido florescente, irá registar um recuo considerável, como observou Bernard Lewis, mercê de vários factores históricos: a expulsão dos árabes da Península Ibérica a ocidente, as invasões mongóis a oriente e as cruzadas que se prolongaram durante dois séculos.

O irracionalismo dos islamitas não é portanto um qualquer atavismo inerente à cultura árabo-muçulmana, mas a perversão dos seus valores históricos essenciais ligada a incidentes históricos que a isolaram do resto do mundo e foram em grande parte responsáveis pelo seu atraso. Este não é apenas tecnológico, como por vezes se pretende, mas cultural e científico, na opinião de autores árabes preeminentes, como Mohamed Charfi. Daí a sã reacção do *Nadha* cuja experiência foi, infelizmente, abandonada ou sabotada pelos ideólogos e políticos autocratas depois das independências, na sequência da Segunda Guerra Mundial.

O *islamismo* integrista é pois, antes de mais, um processo de conquista do poder político que se serve de todos os meios ao seu alcance para construir uma sociedade anacrónica e obscurantista, a única que o seu ressentimento medíocre é capaz de conceber para resistir aos desafios da modernidade. Essa atitude é essencialmente virada para o passado e culturalmente suicidária. Os extremos a que ela conduz são já visíveis, tanto nos actos de violência terrorista como nas políticas que os governos árabes continuam a seguir, quase sem excepção.

A coragem exemplar com que muitos intelectuais árabes enfrentam esta situação nos seus países deveria merecer uma muito maior atenção e apoio dos intelectuais europeus e americanos que não se resignam à complacência, à indiferença ou ao "*politicamente correcto*". Defender os intelectuais muçulmanos, laicos ou crentes, que lutam pela liberdade, por valores universais e pela "*sociedade aberta*", é não apenas uma necessidade no próprio interesse dos países desenvolvidos mas uma urgência universal.